



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022

Processo Licitatório nº: 20.170/2022

Processo de Recurso nº: 5.621/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (PACIENTES E ACOMPANHANTES), considerando como itinerário o trajeto que vai do município de embarque qual seja, Nova Friburgo ao Município de desembarque pré-determinado pela Central de Regulação/TFD (Tratamento Fora de Domicílio), Coordenação de Saúde Auditiva e Programa Melhor em Casa, pelo prazo de 12 (doze) meses

RECORRENTE: J & W TRANSPORTES, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA – ME
RECORRIDO: PREGOEIRO

Trata-se de RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa, J & W TRANSPORTES, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA – ME, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pelo PREGOEIRO da Comissão de Pregão II, no Edital Pregão Eletrônico n.º 182/2022.

Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão II

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 182/2022 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 10:00 horas do dia 16 de fevereiro de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 017 de 01/01/2023, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 20170/2022, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00182/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (PACIENTES E ACOMPANHANTES). O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Às 16:20:21 do dia 16/02/2023 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 21.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 182/2022;



Comissão de Pregão II

Foi registrada uma intenção de recurso, a qual foi aceita pelo pregoeiro, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

A empresa: J & W TRANSPORTES, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA – ME, apresentou recurso para os itens 01, 03 e 04 em 24/02/2023;

A empresa: AD-HOC SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, apresentou contrarrazões para os itens 01, 03 e 04 em 28/02/2023;

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Alega a RECORRENTE, em síntese, que:

a) A recorrente sucintamente alega, que o pregoeiro, desacertadamente permitiu que o prazo para envio da proposta final readequada pela empresa recorrida, fosse novamente adilado, após decorridas 4 (quatro) horas totais, e com o envio permitido por e-mail, indo na contramão do exposto no item "a" da peça recursal da recorrente e do subitem 15.2 do Edital do Pregão 182/2022.

b) Afirma ainda que, *"...Mantendo-se a DECISÃO DE HABILITAÇÃO DA FORMA COMO ENCONTRA, HÁ EXPRESSA VULNERAÇÃO AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE OS LICITANTES, com consequentes desdobramentos sobre o da impessoalidade..."*.

c) Conclui que, *"Apesar da AD-HOC ter ofertado o menor preço para os itens 1, 3 e 4, não se pode denegar a raiz constitucional que norteia o dever de Legalidade e Vinculação ao Instrumento Convocatório da Administração Pública, enquanto gestora do tesouro público. Daí considerar a afastabilidade de um princípio inspirado nas diretrizes constitucionais representar ofensa irremissível."*



Comissão de Pregão II

IV. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

Requer a RECORRENTE:

a) *"... que o presente RECURSO seja julgado totalmente procedente, para fins de REFORMAR A DECISÃO DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA AD-HOC devendo ser reconhecido que o princípio de Vinculação ao Instrumento convocatório foi violado."*

b) *"... que a Empresa AD-HOC seja inabilitada por deixar de apresentar documentação obrigatória em prazo estipulado e aos moldes do referido Edital e que convoquem a empresa subsequente, neste caso a JeW."*

c) *"Caso este Pregoeiro opte por manter sua decisão, requer com fulcro no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente."*

d) *Por fim, seja devidamente motivada a decisão tomada, caso se entenda pela manutenção, devendo o Julgador apontar os fundamentos de direito e de fato, conforme determinado pelo Princípio da Motivação dos Atos e Decisões Administrativas."*

III. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

Em sede de contrarrazão a empresa recorrida, AD-HOC SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, sucintamente alega que, *"Conforme é de conhecimento, a Empresa Ad-hoc, sagrou-se vencedora da etapa de lances do Pregão Eletrônico nº182/2022 sendo solicitada a "Proposta Reajustada", ao tentar fazer o envio o Sr. Marcos André de Araújo Berkowitz, responsável pela licitação, detectou problemas na internet e não conseguiu enviar a proposta, vindo a sentir-se mal e sendo conduzido ao Hospital, sem condições de retornar ao trabalho. (Conforme Atestado Médico encaminhado por email).*



Comissão de Pregão II

Fato este, gerou o atraso e o descumprimento dos prazos estipulados pelo Pregoeiro, pois, o Sr. Marcos só conseguiu enviar os documentos exigidos somente via email, em razão do "campo" do sistema estar "fechado".

Afirma ainda que "...esta é a mais pura expressão da verdade e estarmos diante de um acontecimento fortuito..."

A empresa recorrida sucintamente requer:

- a) "Que seja recebida e provida a presente CONTRARRAZÕES, devendo ser tal recurso interposto pela empresa J&W TRANSPORTES, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., ser desprovido, em vista dos termos acima expostos;"*
- b) "Que esta Comissão de Licitação aceite a presente contrarrazão devendo consequentemente, ser mantida no certame a empresa AD-HOC SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA."*

IV. DAS ALEGAÇÕES DO PREGOEIRO

Às 10:00 horas do dia 16 de fevereiro de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 017 de 01/01/2023, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 20170/2022, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00182/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (PACIENTES E ACOMPANHANTES). O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.



Comissão de Pregão II

Às 16/02/2023 10:54h do dia 16/02/2023 foi aberto o prazo de 2 (duas) horas, para que a empresa AD-HOC SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA enviasse, via sistema, a proposta final readequada, pra os itens 01, 03 e 04, conforme subitem 15.2 do edital,

Dos fatos que se sucederam:

Tendo em vista a proximidade do término do prazo concedido, como de praxe, este pregoeiro entrou em contato com a referida empresa, através de telefone, onde a mesma informou que o funcionário responsável pela licitação, o Sr. Marcos André de Araújo Berkowitz, havia sofrido uma emergência média precisando ser levado ao hospital. Diante do fato, concedi a empresa, registrando em ata, a prorrogação do prazo para que a proposta fosse enviada via sistema.

Com a proximidade do término do prazo, após prorrogação, concedido, entrei em contato novamente com a empresa, via telefone, onde fui informado que o Sr. Marcos necessitou ficar internado na unidade hospitalar, não sendo possível o seu retorno para a finalização do certame e envio da proposta.

Tal fato narrado foi comprovado pela recorrida, em sede de contrarrazão com o envio de atestado médico emitido pela Unidade de Pronto Atendimento UPA CABUIS, em nome do Sr. Marcos André de Araújo Berkowitz, datado de 16/02/2023, e assinado pela Médica Dra. Thalita de Paula – CRM 52-0119986-2, anexo aos autos do presente processo.

Diante do ocorrido, indaguei a empresa sobre a possibilidade de outro funcionário nos enviar a proposta, ainda que por e-mail, para a finalização da sessão,



Comissão de Pregão II

ocasião em que me foi informado que apenas o Sr. Marcos tinha a autonomia de operar, participar e decidir com relação aos processos de licitação naquela empresa.

Desta forma com o intuito de finalizar a licitação antes do recesso das festividades de carnaval pelo país, optei por encerrar a sessão, autorizando, excepcionalmente o envio posterior da proposta via e-mail, sem alteração do resultado de julgamento já proferido.

Cabe trazer aos fatos os valores totais para os lances finais das empresas interessadas para os itens recorridos:

EMPRESA:	AD-HOC	J&W
ITEM 01	R\$ 4.028.856,00	R\$ 6.522.360,00
ITEM 03	R\$ 177.600,00	R\$ 199.267,20
ITEM 04	R\$ 600.000,00	R\$ 767.000,00
TOTAL DOS ITENS	R\$ 4.806.456,00	R\$ 7.488.627,20

Conforme pode-se verificar na tabela acima, a diferença entre os valores propostos pelas duas empresas, para os mesmos itens é de R\$ 2.682.171,20 (dois milhões seiscentos e oitenta e dois mil cento e setenta e um reais e vinte centavos).



Comissão de Pregão II

Ressaltamos que a desclassificação da empresa AD-HOC, por mera formalidade processual, poderia vir a gerar um prejuízo aos cofres públicos do município de até R\$ 2.682.171,20 (dois milhões seiscentos e oitenta e dois mil cento e setenta e um reais e vinte centavos).

A luz dos procedimentos de pregão na modalidade presencial realizados na municipalidade, é de praxe que as empresas vencedoras encaminhem as propostas com os valores readequados, posteriormente ao encerramento da sessão, sem prejuízo do resultado da licitação, visto que os lances (e valores negociados) estão devidamente registrados em Ata.

Além disso no sistema Compras.gov.br é possível gerar a ata de sessão do pregão e outros relatórios, onde ficam registrados todos os valores finais propostos e negociados, sendo em alguns entes da Administração Pública, até dispensado o envio de proposta readequada.

Fato é, que a proposta não deixou de ser enviada, ela apenas não foi enviada no tempo estipulado pelo edital, não havendo majoração de valores nem alterações que colocassem em dúvida sua validade.

Cabe ser destacado que a Administração deve pautar-se pela adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório. Nesse sentido é oportuno trazer a lume orientação do TCU assentada no Acórdão 357/2015 - Plenário:

"No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a



Comissão de Pregão II

adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados”.

Acerca do tema, adverte Marçal Justen Filho:

“[...] é imperioso avaliar a relevância do conteúdo da exigência. Não é incomum constar do edital que o descumprimento a qualquer exigência formal acarretará a nulidade da proposta. A aplicação dessa regra tem de ser temperada pelo princípio da razoabilidade. É necessário ponderar os interesses existentes e evitar resultados que, a pretexto de tutelar o interesse público de cumprir o edital, produzam a eliminação de propostas vantajosas para os cofres públicos”. (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 9a ed. São Paulo: Dialética, 2002, p. 427) [grifo nosso]

Para que se obtenha o equilíbrio entre o excesso de formalidade e devida observância do fim ao qual se destina a licitação é necessário invocar o princípio da razoabilidade ou proporcionalidade, como denominam alguns autores.

A este respeito temos nas palavras de Marçal Justen Filho:

“O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida do limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incube ao estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se



Comissão de Pregão II

pretende proteger. Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos". {In: Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 5ª edição - São Paulo - Dialética, 1998.)

O princípio da proporcionalidade significa que o Estado não deve agir com demasia, tampouco de modo insuficiente na realização de seus objetivos. As competências administrativas só podem ser validamente exercidas na extensão e intensidade proporcionais ao que seja realmente demandado para cumprimento da finalidade o interesse público a que estão atreladas. Ocorre a violação quando o administrador, tendo dois valores legítimos a sopesar, prioriza um a partir do sacrifício exagerado do outro.

Trago ainda na íntegra o entendimento do Prof. Victor de Aguiar Jardim de Amorim Publicação quanto ao princípio do Formalismo Moderado, *{In: Licitações e Contratos Administrativos: Teoria e Jurisprudência. 3ª edição – Senado Federal. p43 a p44):*

O princípio da eficiência preconiza a otimização da ação estatal, no sentido de "fazer mais com menos", ou seja, de conferir excelência nos resultados. Como bem alerta Ávila (2003, p. 132), "eficiente é a atuação administrativa que promove de forma satisfatória os fins em termos quantitativos, qualitativos e probabilísticos", de modo que a eficiência "exige mais do que mera adequação. Ela exige satisfatoriedade na promoção dos fins atribuídos à Administração".



Comissão de Pregão II

De acordo com Aragão (2004, p. 1), "a eficiência não pode ser entendida apenas como maximização do lucro, mas sim como um melhor exercício das missões de interesse coletivo que incumbe[m] ao Estado, que deve obter a maior realização prática possível das finalidades do ordenamento jurídico, com os menores ônus possíveis, tanto para o próprio Estado, especialmente de índole financeira, como para as liberdades dos cidadãos".

Derivada de tal concepção, a ideia de formalismo moderado busca superar o dogma da necessidade de interpretação rigorosa e literal de preceitos legais que pode implicar um formalismo exagerado e inútil, prejudicando o andamento dos certames (FURTADO, 2015, p. 36). Ou seja, confere-se ao procedimento licitatório um caráter instrumental (licitação como meio, e não como um fim em si mesmo). Tal é o entendimento do STF e do STJ:

"Se a irregularidade praticada pela licitante vencedora, que não atendeu a formalidade prevista no edital licitatório, não lhe trouxe vantagem nem implicou prejuízo para os demais participantes, bem como se o vício apontado não interferiu no julgamento objetivo da proposta, não se vislumbrando ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública, correta é a adjudicação do objeto da licitação à licitante que ofereceu a proposta mais vantajosa, em prestígio do interesse público, escopo da atividade administrativa" (BRASIL, 2000b, p. 21). "Não se pode perder de vista que a licitação é instrumento posto à disposição da Administração Pública para a seleção da proposta mais vantajosa. Portanto, selecionada esta e observadas as fases do procedimento, prescinde-se do puro e simples formalismo, invocado aqui para favorecer interesse particular, contrário à vocação pública que deve guiar a atividade do administrador" (BRASIL, 2002a, p. 174).



Comissão de Pregão II

A compreensão do formalismo moderado já é bastante arraigada na jurisprudência do TCU, conforme se depreende dos trechos destes julgados:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados (BRASIL, 2015r).

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências (BRASIL, 2012k).

O atual estágio evolutivo da hermenêutica jurídica não se coaduna com uma postura extremamente formalista do administrador público, devendo ele pautar-se por uma noção mais complexa e sistêmica do Direito, ou seja, por uma noção de juridicidade, de modo a superar a concepção de legalidade estrita (AMORIM, 2009).

Nesse sentido, merece destaque o disposto no art. 47 do Decreto no 10.024/2019, que regulamenta a modalidade pregão na forma eletrônica:

Art. 47. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes



Comissão de Pregão II

atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (BRASIL, 2019a).

Considerando ser a busca da proposta mais vantajosa o objetivo maior da licitação, há que se superar e afastar exigências meramente formais e burocráticas, de modo que a eventual exclusão de um participante do certame somente se justifica diante do descumprimento de uma regra substancial para a disputa. Afinal, conforme célebre afirmação de Bonoit (1968 apud REIS, [2015?]), a licitação não pode ser tratada como gincana, pela qual se premia o melhor cumpridor do edital. As ações administrativas e a interpretação empreendida pelos agentes públicos devem ser guiadas pela busca da eficiência, economicidade e "vantajosidade" para a Administração, sem prejuízo da isonomia e segurança jurídica. [grifo nosso]

Diante disso, registra-se que o excesso de formalismos não deve permear as ações dos agentes públicos na execução das licitações. A doutrina e a jurisprudência repudiam o rigorismo formal e homenageiam as decisões que afastam a inabilitação e desclassificação de concorrentes por fatos irrelevantes, que não afetam a objetividade e efetividade de suas propostas perante o poder público, e nem os põe em situação vantajosa perante os demais, sempre com o objetivo de aumentar ao máximo o espectro de concorrentes capazes de contratar com a Administração.

Não obstante, ressalta-se que é farta a jurisprudência do Tribunal de Contas da União no sentido de relevar falhas e improbidades formais dessa natureza, a exemplo citamos a Decisão nº 472/95 - Plenário, Ata nº 42/95:

"Voto do Ministro Relator (...) - Assim, a interpretação a aplicação das regras nele estabelecidas deve sempre ter por norte o atingimento das



Comissão de Pregão II

finalidades da licitação, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuem para esse desiderato. No presente caso, não se afigura que o ato impugnado tenha configuração tratamento diferenciado entre licitantes, ao menos no grave sentido de ação deliberada destinada a favorecer determinada empresa em detrimento de outras, o que constituiria verdadeira afronta aos princípios da isonomia e da impessoalidade. Ao contrário, entendo que foi dado fiel cumprimento ao citado art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 3.555/2000, no sentido de que às normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação'. Não se configura, na espécie, qualquer afronta ao interesse público, à finalidade do procedimento licitatório nem à segurança da contratação, uma vez que venceu o certame empresa que, concorrendo em igualdade de condições, ofereceu proposta mais vantajosa e logrou comprovar, na sessão, a aptidão para ser contratada", (gn)

Não resta dúvida, portanto, que os agentes públicos deverão atuar ao examinar as propostas de preços com esteio nos princípios, dentre outros, da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado, de modo que, analisando cada ponto do recurso e das contrarrazões, em confronto com a legislação aplicável e com os entendimentos jurisprudenciais correlatos, concluo que à empresa **AD-HOC SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA** assiste o direito de sanear os erros apontados no Recurso Administrativo manejado pela Empresa **J & W TRANSPORTES, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA – ME**, sem que haja majoração do preço final.



Comissão de Pregão II

Instada a se manifestar na forma que dispõe o item 28.5 do edital, para análise dos aspectos jurídicos recorridos, a fim de subsidiar a decisão deste pregoeiro, ante o recurso interposto, sobretudo quanto ao entendimento deste órgão quanto aos princípios da eficiência (economicidade, "vantajosidade e formalismo moderado) em detrimento dos demais princípios recorridos, no caso em tela.

Em parecer jurídico exarado, a Procuradoria Geral Municipal – PGM, em síntese, se manifestou da seguinte forma:

[...]

"Assim, não se verifica ilegalidade na decisão do pregoeiro em autorizar, em caráter excepcional, o envio posterior da proposta por e-mail a fim de dar prosseguimento ao pregão, eis que não houve alteração da substância da proposta nem causou qualquer prejuízo ao certame, tendo sido motivo devidamente registrado em ata e dada ciência a todos."

[...]

"Estamos, aqui, diante de um fato excepcional, de caso fortuito ou força maior, passível de adoção de uma medida excepcional correspondente."

[...]

"Sopesando-se os princípios envolvidos in casu, conjugando-se o princípio da razoabilidade/proporcionalidade e do formalismo moderado com a vedação ao rigorismo formal exacerbado e a supremacia do interesse público aliada à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, e ainda a ocorrência de situação excepcional (caso fortuito ou força maior), o que não acarretou a alteração da proposta nem causou prejuízo ao



Comissão de Pregão II

certame, salvo melhor juízo, não há motivo para a reforma da decisão do pregoeiro." [grifo nosso]

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiado pelo parecer jurídico da PGM, sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa J & W TRANSPORTES, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA – ME no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 182/2022, e no mérito, NEGO PROVIMENTO, mantendo o julgamento anteriormente proferido, e HABILITADA a empresa AD-HOC SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, para os itens 01, 03 e 04, no pregão em comento.

Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, n.º 182/2022.

1 Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 07 de março de 2023.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870